

### **13. ESCOLHA E INÍCIO DO PROCEDIMENTO – CONCURSO PÚBLICO N. CP.4.16.DACPGP – EMPREITADA: CENTRO ESCOLAR DE GUALTAR:**

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal a decisão do Sr. Presidente tomada em 28 de julho do corrente ano, da proposta de procedimento relativa ao **Concurso Público** para a empreitada acima identificada, cujo preço contratual estimado é de **1.006.162,73 euros**, sem IVA, bem como a aprovação do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos, nos termos da alínea b), nºs . 1 e 2 do artº. 40º. do CCP.

Mais se propõe a designação do seguinte júri, que conduzirá o concurso:

- Presidente do júri: Eng.º Gaspar António Sampaio da Silva (o qual será substituído nas suas faltas ou impedimentos, pelo vogal efetivo Arqt.º Nuno José Macedo Azevedo;
- Vogal efetivo: Eng.ª Paula Cristina Monteiro Alvares Pereira;
- Vogal efetivo: Arqt.º Nuno José Macedo Azevedo;
- Vogal efetivo: Dr.ª. Mafalda Sofia Campos Vilaça;
- Vogal efetivo: Técª. Valéria de Araújo Borges;
- Vogal suplente: Eng.º Luís Manuel Faria Borges de Almeida;
- Vogal suplente: Eng.º Luís Miguel Mesquita e Sousa Pereira de Araújo.

Propõe-se a delegação no júri, ou nos serviços do Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão/Divisão de Aprovisionamento, contratação Pública e Gestão de Património (DPCG/DACPGP), nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências adiante descritas, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças do procedimento, nomeadamente o seguinte:

- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica e notificações;

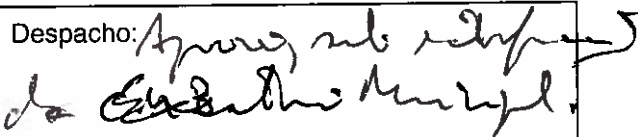
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP.
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
- Proceder a retificações de erros e omissões das peças do procedimento;
- Proceder às decisões de prorrogação nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 64.º do CCP, previstas no n.º 4 do mesmo artigo, cumprindo as formalidades aí descritas;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos.

**DELIBERAÇÃO:****Remeta-se ao Sr. Presidente.**

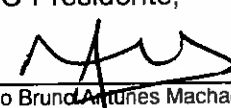
O chefe da DACPGP,

  
(Domingos Lopes)28/07/16

Despacho:



O Presidente,

  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)16-07-28**DATA: 28/07/2016****PROPOSTA DE PROCEDIMENTO:  
CONCURSO PÚBLICO N.º CP.4.16.DACPGP****ASSUNTO: ESCOLHA E INÍCIO DE PROCEDIMENTO – CONCURSO PÚBLICO**

Entidade adjudicante: alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

**Empreitada: CENTRO ESCOLAR DE GUALTAR.****Vocabulário CPV:****45214200-2 Construção de edifícios  
escolares****PREÇO BASE:****€1.006.162,73**

Tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, cujo projeto de execução apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara para esta obra, justificada nas informações incluídas no processo do presente procedimento, cujo preço contratual estimado é de **€1.006.162,73**, sem imposto sobre o valor



acrescentado (IVA), submete-se à consideração superior a presente proposta que visa obter autorização para a referida contratação.

Face ao valor e considerando que a referida contratação está abrangida pelas normas acima assinaladas, constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, retificado pela retificação 18-A de 2008 de 23 de Março, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009 de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 02 de outubro, solicita-se, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, e alínea b) do artigo 19.º, ambos do CCP, autorização para se adotar o “**Concurso público**”, propondo-se ainda o seguinte:

### 1 – PEÇAS DO PROCEDIMENTO

A aprovação, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do CCP, do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos.

### 2 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI

Em conformidade com o previsto no artigo 67.º do CCP, a designação do júri a seguir referido, que conduzirá o concurso:

- Presidente do júri: Eng.º Gaspar António Sampaio da Silva (o qual será substituído nas suas faltas ou impedimentos, pelo vogal efetivo Arqt.º Nuno José Macedo Azevedo;
- Vogal efetivo: Eng.ª Paula Cristina Monteiro Alvares Pereira;
- Vogal efetivo: Arqt.º Nuno José Macedo Azevedo;
- Vogal efetivo: Dr.ª. Mafalda Sofia Campos Vilaça;
- Vogal efetivo: Técª. Valéria de Araújo Borges;
- Vogal suplente: Eng.º Luís Manuel Faria Borges de Almeida;
- Vogal suplente: Eng.º Luís Miguel Mesquita e Sousa Pereira de Araújo.

### 3 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Propõe-se a delegação no júri, ou nos serviços do Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão / Divisão de Aprovisionamento, contratação Pública e Gestão de Património (DPCG/DACPGP), nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências

Página 2 de 3

adiante descritas, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças do procedimento, nomeadamente o seguinte:

- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica e notificações;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP.
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
- Proceder a retificações de erros e omissões das peças do procedimento;
- Proceder às decisões de prorrogação nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 64.º do CCP, previstas no n.º 4 do mesmo artigo, cumprindo as formalidades aí descritas;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos.

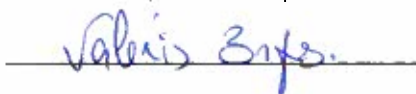
#### **4 – DECISÃO DE CONTRATAR**

O órgão competente para tomar a decisão de contratar é a Câmara Municipal, no uso de competência própria, estabelecida na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

#### **5 – CABIMENTO ORÇAMENTAL**

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento prévio n.º 2016030/422 de 12/07/2016.

DPCG/DACPGP,



(Téc. Valéria Borges)

#### **Em anexo:**

- Programa do concurso;
- Caderno de encargos.





REQUISIÇÃO : 2016030/422 ( ESCOLAS )  
Data : 2016-07-12

17000

MUNICÍPIO DE BRAGA  
PRAÇA DO MUNICÍPIO  
BRAGA  
4704-514 BRAGA  
PORTUGAL

Contribuinte: 506901173

Braga, 2016-07-12

Cabimento: 2016030/422 a 2016-07-12

Código de Produto/Conta	Data de Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc. i V.A.	Valor
442212603	2016-07-12	ESCOLA DE GUALTAR	----	1,000	250000,00000	N 6,0	250 000,00
		Data Órgão Económica Dotação			Valor		
		2016-07-12 03 07010305		1 530 319,10	265 000,00		
		Data Funcional Designação			Valor		
		2016/07/12 211069 ESCOLA DE GUALTAR			265 000,00		
		Ano Exercícios futuros			Valor		
		2016 041 EXERCÍCIO (N+1)			801 532,49		

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	Valor total
14 150,94	6,00	15 000,00	250 000,00	265 000,00
			Valor IVA	15 000,00
			Valor total	265 000,00

Observações:  
CENTRO ESCOLAR DE GUALTAR.

Condições de pagamento :  
Local de entrega : CMBRAGA

Divisão de Contabilidade  
Planeamento e controlo de Gestão

NIF: 508 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipo@cm-braga.pt